

PAUTA PRIORITÁRIA CNM – 1º SEMESTRE DE 2018

Proposição	Tema	Justificativa	Ação
PEC 287/2016	Reforma da Previdência.	Impacto positivo no resultado atuarial dos RPPS e abertura de espaço no orçamento da União para fomento aos municípios.	Apoiar a votação na Câmara e quando no Senado, incluir Emenda para desvincular a alíquota mínima de contribuição do RPPS dos municípios, da alíquota da União.
PL 6814/2017	Nova regra para licitações.	Aumenta a economicidade nos processos de contratação e aquisição no Setor Público.	Acelerar a criação e constituição de comissão temporária pela Mesa da Câmara dos Deputados.
PEC 22/2011 (Contrária)	Piso dos ACS e ACE.	Aumenta o piso dos agentes comunitários de saúde e endemias, para R\$ 1.600 reais, com a correção anual do valor em 20%, mais o crescimento do PIB e da inflação.	Impedir que a matéria seja pautada no plenário da Câmara. No primeiro ano o impacto será R\$ 3,5 bilhões aos municípios e R\$ 7,5 bilhões a União.
MPV 815/2017	Auxílio Financeiro de 2017 aos Municípios.	Repasse emergencial de R\$ 2 bilhões pelos critérios do FPM, fundamental para amenizar o grave quadro fiscal dos municípios.	Acelerar os trabalhos na Comissão Mista, haja vista o caráter emergencial do repasse.
PEC 391/2017	Aumenta em 1% o FPM, a ser entregue nos meses de setembro.	É estruturante e busca garantir uma maior estabilidade dos repasses do FPM ao longo do ano.	Aprovar com celeridade na CCJC da Câmara dos Deputados.
PL 3.776/2008	De iniciativa do ex-presidente Lula, altera a correção do piso do magistério para o INPC.	De 2009 para 2017, o valor nominal do piso subiu 158,5 %, passando de R\$ 950,00 para R\$ R\$ 2.455. Neste período, o crescimento do INPC foi de 63,5% e o salário mínimo cresceu 107%.	Pautar e rejeitar o recurso 108/2011 no Plenário da Câmara, seguindo texto para a sanção. Este ano, o aumento do piso foi de 6,82%, caso o requerimento tivesse sido derrubado, o aumento teria sido de 1,94%.
PL 8.974/2017	Cria novas regras para os RPPS.	Objetivo é possibilitar o cumprimento das metas atuarias em contexto de baixa remuneração dos títulos públicos.	Aprovar projeto na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.
PEC 66/2015	Atualização dos programas federais pelo índice oficial de inflação	O maior problema para a gestão municipal é a adesão a programas federais que ao longo do tempo não reajustam os repasses.	Acordar relatório com Senador Wilder Moraes e aprovar na CCJ do Senado.